



Santa Casa da  
Misericórdia  
de  
Sobral Monte Agraço

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO

ANO  
2018



**Santa Casa da Misericórdia do Sobral de Monte Agraço**

## **Assembleia Geral Ordinária**

### **CONVOCATÓRIA**

**Nos termos da alínea b), do nº 2, do Art.º 22º do Compromisso, convoco uma Assembleia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço.**

**Para o bom andamento dos trabalhos, a Assembleia Geral decorrerá nas instalações do edifício sede, sito no Alto dos Fetais, Sobral de Monte Agraço, no dia 22 de março de 2019, sexta-feira, a partir das 20:30 horas e terá a seguinte**

#### **Ordem de Trabalhos**

**Ponto um** Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas relativos ao exercício de 2018.

**Ponto dois** Diversos.

**Nos termos do n.1 do artigo 24º do Compromisso, a assembleia efetuar-se-á à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito a voto, ou 30 minutos depois com os irmãos presentes.**

**Sobral de Monte Agraço, 6 de março de 2019**

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral**



**(Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado)**



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**  
**“AO SERVIÇO DA COMUNIDADE”**

**ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL  
DE MONTE AGRAÇO, ELEITOS NO DIA 22 DE JANEIRO 2018  
ALTERAÇÃO - 18/08/2018**

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:**

Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado, Presidente

João Manuel Lopes Biencard Cruz, Vice-Presidente

Fernando José dos Prazeres Correia, Secretário

**MESA ADMINISTRATIVA:**

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, Provedor

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio, Vice-Provedor

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, Secretária

Jorge Miguel Maurício Correia, Tesoureiro

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, Vogal

Joaquim Abel Amado Miranda, Suplente

Amílcar Leitão da Silva, Suplente

**DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:**

Francisco José Machado Nogueira, Presidente

Hugo Fernando Esteves Carago, Vice-Presidente

João Isidoro Mota Frade, Secretário

Maria Manuela Carreira Marques Leandro, Suplente

Maria Emília Ferreira Lima, Suplente

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques, Suplente



M

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.600.452 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.222.969 euros, incluindo um resultado líquido de 39.993 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

A Certificação Legal das Contas, referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, expressava uma reserva decorrente da não existência de resposta de advogados, a qual já não se revela aplicável às demonstrações financeiras de 2018.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## **Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material

relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de atividades**

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 8 de março de 2019

**AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.**

Representada por,



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho, R.O.C.

## Relatório de Gestão 2018

*P*  
*de*  
*L.P.*

### 1. Nota Prévia

O presente relatório é elaborado pela Mesa Administrativa que tomou posse em 17 de Fevereiro de 2018 para assunção de funções no quadriénio 2018-2021.

### 2. Introdução

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, nomeadamente a alínea e) do artigo 27º do Compromisso, a Mesa Administrativa elaborou o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2018, que vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, nos termos da alínea c) do artigo 21º do mesmo Compromisso

### 3. Enquadramento Geral

Portugal conheceu um ano socialmente tranquilo e com conjuntura económica positiva. Já estruturalmente, os mesmos riscos de sempre pois continua o país incapaz de gerar suficiente receita para pagar o que gasta. A dívida continua assustadoramente alta pelo que o cenário a médio-longo prazo convida à prudência e a um otimismo muitíssimo moderado.

Não houve nenhum aspeto que pela sua novidade ou importância tenha afetado decisivamente a nossa atividade a qual se desenrolou normalmente.

A Mesa, pela 1ª vez na atual composição a trabalhar em Equipa, apostou numa divisão clara de tarefas, atribuindo pelouros e privilegiando um processo decisório mais rápido e ágil, não descuidando reuniões conjuntas e mensais. A colaboração com os restantes Órgãos Sociais, Assembleia e Conselho Fiscal foi permanente e frutuosa.

### 4. Atividade da Casa

O 1º ano do mandato foi dedicado ao lançamento e início de consolidação de uma agenda para os 4 anos de Mandato.

1. Concentrar no edifício sede todos os serviços e ofertas sociais de maneira a otimizar recursos e eliminar redundâncias, libertando o valioso ativo no centro da vila.
2. Garantir a racionalidade económico – financeira com esforço simultâneo na redução de Gastos e aumento de Receitas correntes e não correntes.
3. Investimento na área dos cuidados de Saúde, consolidando o respetivo Gabinete.
4. Aumentar a visibilidade da Casa, isto é, comunicar mais e melhor interna e externamente.

O maior dos nossos projetos é a **ampliação do edifício sede** de maneira a acomodar todas as respostas sociais, inclusive aumentando a oferta. Uma linha de tempo possível poderá ser:

Até junho.2020: projeto + licenciamento + montagem financeira + adjudicação de obra  
Até dezembro.2021: obra, porque menos de 1,5 anos parece difícil.

Com a conclusão no 1º semestre.2019 do projeto prévio e respetivo programa, saberemos o que podemos fazer, quanto poderá custar e sobretudo como o vamos financiar. Até lá...tudo são vontades.

Na procura da **racionalidade económico-financeira** este ano, entre muitas ações, destacam-se:

1. Preocupação na renegociação das mensalidades de maneira a haver um crescimento real das mesmas.
2. Libertação de património doado *sem interesse* para a atividade, isto é, preparar o respetivo dossier para a venda ser possível; é muito trabalhoso, mas avançou-se muito.
3. Renegociação bancária continua; depois de ano passado se ter concluído a renegociação favorável do (grande) empréstimo Montepio, este ano concluíram-se novos e melhores acordos em empréstimos menores do Montepio (conta caucionada), Novo Banco e Crédito Agrícola.
4. Devida atenção a medidas de otimização/poupança

Mas a pressão dos Gastos está sempre presente, vejam-se a seguir alguns exemplos...

Numa infraestrutura física como a nossa todos os anos há muitos (e na maior parte das vezes imprevistos) gastos de manutenção, benfeitorias, etc. Exemplo da reparação e proteção física do Gerador.

A melhoria da *Decisão de Gestão* obriga muitas vezes a recorrer a profissionais externos, ditos consultores. Exemplo da HUMANGEXT para os Recursos Humanos, área legal complexa e sempre em mudança.

Apesar de não obrigatório contratámos um seguro de Responsabilidade Civil Utentes, o qual cobre a exploração da nossa atividade.

Investimento na (obsoleta) rede interna de dados e contratação de serviço de fibra ótica; ao mesmo tempo migração de toda a infraestrutura para a *nuvem*.

A estabilização dos **Recursos Humanos** da Casa em quantidade e qualidade é um trabalho para vários anos. O objetivo final é termos um quadro menor, mas melhor remunerado. Foi um ano muito dedicado a essa dinâmica de readequação e renovação de procedimentos, muito especialmente na área de Cuidados.

Recursos Humanos	14/03/2017	13/12/2018	04/01/2019
Funcionários*	79	64	62
Prestadores Serviços**	5	13	13
Total	84	77	75

\*não inclui baixas; \*\*tempo parcial, mas se tempo inteiro: via empresa terceirizada

Foram dedicadas a Formação dos funcionários 479 horas em 15 diferentes atividades.

Foram atualizados o Regulamento Interno e o Guia de Acolhimento e renovado o Procedimento de Avaliação de Desempenho, este a ser implementado em 2019; prevê prémio pecuniário aos funcionários que verdadeiramente se distingam, ferramenta absolutamente necessária para promover a Meritocracia. Também pela sua importância destaque-se a atualização dos Planos de Segurança nas duas instalações; no seu âmbito foram realizadas várias ações de formação.

A Direção Técnica, fruto de divisão de algumas tarefas com o Gabinete de Saúde, esteve mais disponível para dedicar tempo ao contato com os utentes e famílias, com especial atenção a situações de carência socioeconómica.

O gabinete de Animação, á semelhança de anos anteriores, imprimiu notável dinâmica desdobrando-se em múltiplas atividades fundamentais ao bem-estar dos nossos utentes.

Em Outubro mais de 100 pessoas participaram nas 1as Jornadas de Saúde organizadas pela Casa. Evento com impacto importante na visibilidade externa e consolidação da nossa marca.

A relação com a Segurança Social foi pautada por um diálogo permanente dentro daquela que é a nossa realidade: sobrelotação legal (que não funcional). Contingência que só será resolvida na ampliação das instalações e esperada revisão dos Acordos.

A Irmandade, o nome o diz, é dos Irmãos. Somos hoje 170 (neste ano entraram 23 e saíram 8). Exceção feita aos Órgãos Sociais e outras honrosas exceções o distanciamento é grande, veja-se a residual presença nas AG.

Mas não desistimos e demos passos importantes para chegar a mais pessoas, exemplo: Vendas de Bens Doados muito apreciadas (e com bom resultado), Newsletters trimestrais e com imagem melhorada, 1º Jantar Temático e logo com o Senhor Dom Manuel Clemente.

*Handwritten notes:*  
A  
L  
N

## 5. Aspetos Económico-Financeiros

O aspeto mais saudável das nossas contas é operacionalmente as receitas serem superiores aos gastos. Porém, este ano, os gastos a crescer um pouco mais do que as receitas conduzem à ligeira deterioração do Resultado Operacional relativamente a 2017.

Nas receitas, assinala-se o crescimento na Prestação de Serviços quase 3%, portanto, um crescimento real.

Subsídios da Segurança Social incluídos, alcançamos já € 1.555.000 de Prestação de Serviços *lato sensu\**, o que nos coloca já num patamar de média empresa em Portugal.

*\*porque de facto o que recebemos da segurança social é a retribuição de um serviço*

Nos gastos, o crescimento mais significativo é nos Fornecimentos e Serviços Externos, com uma acentuada subida das rubricas de Honorários, Prestação de Serviços e Conservação e Reparação (imóveis e geral).

Os gastos com pessoal se considerados apenas os do quadro permanente, decresceram 1,7%.

Mas se a esses, somados, como deve ser, o pessoal terceiro contratado sob a forma de prestadores serviços, aumentaram 2,6%.

Demonstração Resultados	2016	2017	2018	periodo*
Rendimentos	1 568 050,56 €	1 664 802,81 €	1 705 605,86 €	4,29%
Prestação Serviços	837 018,22 €	914 668,33 €	940 729,35 €	6,01%
Subsídios Seg Social	601 513,23 €	611 217,91 €	614 289,09 €	1,06%
Outros Rendimentos	129 519,11 €	138 916,57 €	150 587,42 €	7,83%
Gastos	1 432 071,98 €	1 471 573,33 €	1 519 342,82 €	3,00%
Matérias Consumidas	192 130,79 €	192 798,70 €	189 501,49 €	-0,69%
Fornecim Serv Externos	328 542,19 €	340 916,69 €	425 730,12 €	13,83%
Imparidades	- €	7 771,36 €	- €	
Provisões	- €	2 500,00 €	- €	
Pessoal	906 168,75 €	912 100,36 €	896 802,48 €	-0,52%
Outros Gastos	5 230,25 €	15 486,22 €	7 308,73 €	18,21%
Amortizações	112 932,04 €	117 789,60 €	113 688,99 €	0,33%
Resultado Operacional	23 046,54 €	75 439,88 €	72 574,05 €	
Juros	27 808,20 €	31 905,01 €	32 581,28 €	8,24%
Resultado	4 761,66 €	43 534,87 €	39 992,77 €	

\* crescimento médio anual

O mapa acima dá-nos uma perspetiva do triénio 2016-2018 e de como evoluíram as Contas. A receita tem vindo a crescer anualmente a um ritmo superior ao gasto e isso é assinalável.

Quando analisadas em conjunto as 3 Respostas Sociais de Alojamento no triénio 2016 – 2018 concluímos que nesse período o ganho utente/cama é € 22.

Importa ver este número com alguma cautela pois este resultado comporta componentes de rendimentos e gastos que são económicos, mas não financeiros, isto é, sem impacto na tesouraria.

Exemplo dos Subsídios ao Investimento e Amortizações, respetivamente.

*[Handwritten signature]*  
L 07

	2016	2017	2018	Triénio
Nr. Médio Utentes	102	105	107	105
Receita/Utente	1 068 €	1 092 €	1 133 €	1 099 €
Gasto/Utente	1 053 €	1 081 €	1 097 €	1 077 €
Resultado/Utente	15 €	11 €	36 €	22 €

As Respostas Sociais com resultado negativo são: LGD (tradicionalmente), Centro de Dia (a estudar) e Cantinas Sociais (terminam em 2019). Lar de Acordo e Extra Acordo, junto com Apoio Domiciliário são de resultado positivo.

Globalmente devemos hoje menos do que devíamos há um ano com o rácio de autonomia financeira nuns meritórios 47%. A tesouraria foi em 2018 (e como sempre) um exercício fino, mas relativamente tranquilo.

#### 6. Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício de 2018 apresenta um resultado líquido positivo de € 39.992,77 (trinta e nove mil novecentos e noventa e dois euros com setenta e sete cêntimos), o qual se propõe seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

#### 7. Conclusão

Chegar ao final de um ano com o sentimento de dever cumprido e acima de tudo com um resultado económico positivo é algo para partilhar e agradecer a todos que conosco interagem.

Mas a Mesa Administrativa quer expressar o seu especial agradecimento:

1. Aos funcionários, incluindo prestadores de serviços, pela dedicação e empenho demonstrados.
2. Aos Órgãos Sociais pelo apoio e acompanhamento interessado
3. Aos nossos utentes e famílias pela confiança depositada

Trabalhamos para ser uma organização de excelência, ainda há muito para caminhar..., mas este é decerto o caminho.

#### A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

de

Sobral do Monte Agraço

A Mesa Administrativa

*Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres*

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, provedor

*Francisco José Ribeiro Amaral Luízio*

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio, vice-provedor

*Jorge Miguel Maurício Correia*

Jorge Miguel Maurício Correia, tesoureiro

*Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz*

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, secretária – geral

*Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos*

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, vogal

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação	
		31 REG 2018	31 REG 2017	Valor	%
<b>ACTIVO</b>					
<b>Activo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis		2 474 423,46	2 585 279,60	-110 856,14	-4,29
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		5 338,40	4 377,07	961,33	21,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
		2 479 761,86	2 589 656,67	-109 894,81	-4,24
<b>Activo corrente</b>					
Inventários		8 788,72	8 938,67	-149,95	-1,68
Créditos a receber		52 539,83	48 441,71	4 098,12	8,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		36 846,00	33 742,86	3 103,14	9,20
IVA - Reembolsos pedidos		11 394,22	5 322,59	6 071,63	114,07
Outras contas a receber		11 121,83	14 022,57	-2 900,74	-20,69
		120 690,60	110 468,40	10 222,20	9,25
<b>Total do ativo</b>		2 600 452,46	2 700 125,07	-99 672,61	-3,69
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>					
<b>Fundos patrimoniais</b>					
Fundos		148 922,83	148 922,83	0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados		915 750,81	872 215,94	43 534,87	4,99
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		118 302,41	153 169,85	-34 867,44	-22,76
		1 182 976,05	1 174 308,62	8 667,43	0,74
Resultado líquido do período		39 992,77	43 534,87	-3 542,10	-8,14
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		1 222 968,82	1 217 843,49	5 125,33	0,42
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões		2 500,00	2 500,00	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		931 141,97	1 025 503,00	-94 361,03	-9,20
Outras dívidas a pagar		50,27	0,00	50,27	100,00
		933 692,24	1 028 003,00	-94 310,76	-9,17
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores		77 483,48	72 739,37	4 744,11	6,52
Estado e outros entes públicos		20 992,55	37 420,65	-16 428,10	-43,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		152 728,32	145 121,93	7 606,39	5,24
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos correntes		192 587,05	198 996,63	-6 409,58	-3,22
		443 791,40	454 278,58	-10 487,18	-2,31
<b>Total do passivo</b>		1 377 483,64	1 482 281,58	-104 797,94	-7,07
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		2 600 452,46	2 700 125,07	-99 672,61	-3,69

A Direcção

O responsável

L. G. M. B. L. T.



## Mapa Exploração - Mês a Mês - até Mês 13 / 2018

(Valores em Euros)

Hora:08:29:54

Gastos		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	10.011,32	11.627,19	12.041,32	15.918,57	13.219,16	12.325,02	12.955,49	12.955,49	13.640,19	10.622,50	16.700,65	12.851,53	14.426,46	33.162,09	189.501,49
62	31.753,73	28.354,33	39.834,27	26.699,79	31.518,63	29.146,59	32.415,03	32.415,03	25.698,52	41.321,16	39.388,13	48.834,76	50.765,18	0,00	425.730,12
63	75.145,88	69.375,56	71.010,60	75.771,04	72.284,69	67.334,42	65.894,82	65.894,82	75.888,39	71.463,29	86.701,34	79.204,12	86.728,33	0,00	896.802,48
64	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	9.815,80	5.715,19	0,00	113.688,99
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	395,75	802,15	190,90	236,17	422,61	114,41	61,39	61,39	661,67	79,68	318,92	99,42	3.925,66	0,00	7.308,73
69	2.749,17	2.768,47	2.697,82	2.735,09	2.700,20	3.073,44	2.675,21	2.675,21	2.965,05	2.622,43	2.466,31	2.459,59	2.668,50	0,00	32.581,28
	129.871,65	122.743,50	135.590,71	131.176,46	129.961,09	121.809,68	123.817,74	123.817,74	128.669,62	135.924,86	155.391,15	153.265,22	164.229,32	33.162,09	1.665.613,09

## Rendimentos

Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	79.015,27	76.341,66	77.853,11	75.131,76	78.601,41	76.876,84	81.009,54	78.454,54	82.267,00	77.069,59	77.232,21	80.876,42	0,00	940.729,35
73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	53.863,27	51.073,39	46.669,68	50.371,95	54.394,58	50.520,05	47.846,37	47.263,38	52.337,52	54.410,58	51.562,91	53.975,41	0,00	614.289,09
76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	6.505,17	8.938,81	10.575,09	12.132,42	19.153,45	7.083,60	6.031,89	8.469,64	9.248,85	11.659,92	8.155,28	42.633,30	0,00	150.587,42
79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	139.383,71	136.353,86	135.097,88	137.636,13	152.149,44	134.480,49	134.887,80	134.187,56	143.853,37	143.140,09	136.950,40	177.485,13		1.705.605,86

## Resultados

Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
81	9.512,06	13.610,36	(492,83)	6.459,67	22.188,35	12.670,81	11.070,06	5.517,94	7.928,51	(12.251,06)	(16.314,82)	13.255,81	(33.162,09)	39.992,77

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

de

Sobral de Monte Agração  
A Mesa Administrativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

santa casa da misericórdia

RUBRICAS	PERÍODO	
	2018/12	2017/12
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	930 034,57	904 905,06
Pagamentos a fornecedores	541 451,05	479 628,17
Pagamentos ao pessoal	930 894,04	909 799,20
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(542 310,52)</b>	<b>(484 522,31)</b>
Subsídios do Estado	614 289,09	611 217,91
Outros recebimentos/pagamentos	52 843,34	(95 799,87)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>124 821,91</b>	<b>30 895,73</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(2 382,85)	25 218,43
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(2 382,85)</b>	<b>25 218,43</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:	0,00	175 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	86 754,64	121 530,34
Juros e gastos similares	32 581,28	31 905,11
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(119 335,92)</b>	<b>21 564,55</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	3 103,14	27 241,85
Caixa e seus equivalentes no início do período	33 742,86	6 501,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	36 846,00	33 742,86

L. G. A. A. A. B. P. I. T.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
de  
Sobral de Monte Agraço  
A Mesa Administrativa

